



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-  
GRADUAÇÃO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO  
EM EDUCAÇÃO INCLUSIVA MESTRADO  
PROFISSIONAL EM REDE – PROFEI



DÉBORA REGINA GALLO

ENTRE LINHAS E LAÇOS:

Reflexões sobre a(o) auxiliar de educador(a) no contexto  
da Educação Inclusiva

Ponta Grossa  
2025

DÉBORA REGINA GALLO

## ENTRE LINHAS E LAÇOS:

Reflexões sobre a(o) auxiliar de educador(a) no contexto  
da Educação Inclusiva

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado Profissional em Educação Inclusiva em Rede Nacional — PROFEI, da Universidade Estadual de Ponta Grossa como requisito para obtenção de título de mestra em Educação Inclusiva na Linha de pesquisa Práticas e Processos Formativos de Professores para a Educação Inclusiva.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Karen Ribeiro

Ponta Grossa  
2025

G171

Gallo, Débora Regina

Entre linhas e laços: reflexões sobre a(o) auxiliar de educador(a) no contexto da educação inclusiva / Débora Regina Gallo. Ponta Grossa, 2025.  
42f. ; il.

Produto da dissertação Auxiliar de educador(a) no ensino fundamental: desafios da profissão no contexto da educação inclusiva (Mestrado Profissional em Educação Inclusiva em Rede Nacional - Área de Concentração: Educação Inclusiva), Universidade Estadual de Ponta Grossa.

Orientadora: Profa. Dra. Karen Ribeiro.

1. Educação inclusiva. 2. Auxiliar de professor(a). 3. Registro pedagógico. I. Ribeiro, Karen. II. Universidade Estadual de Ponta Grossa. Educação Inclusiva. III.T.

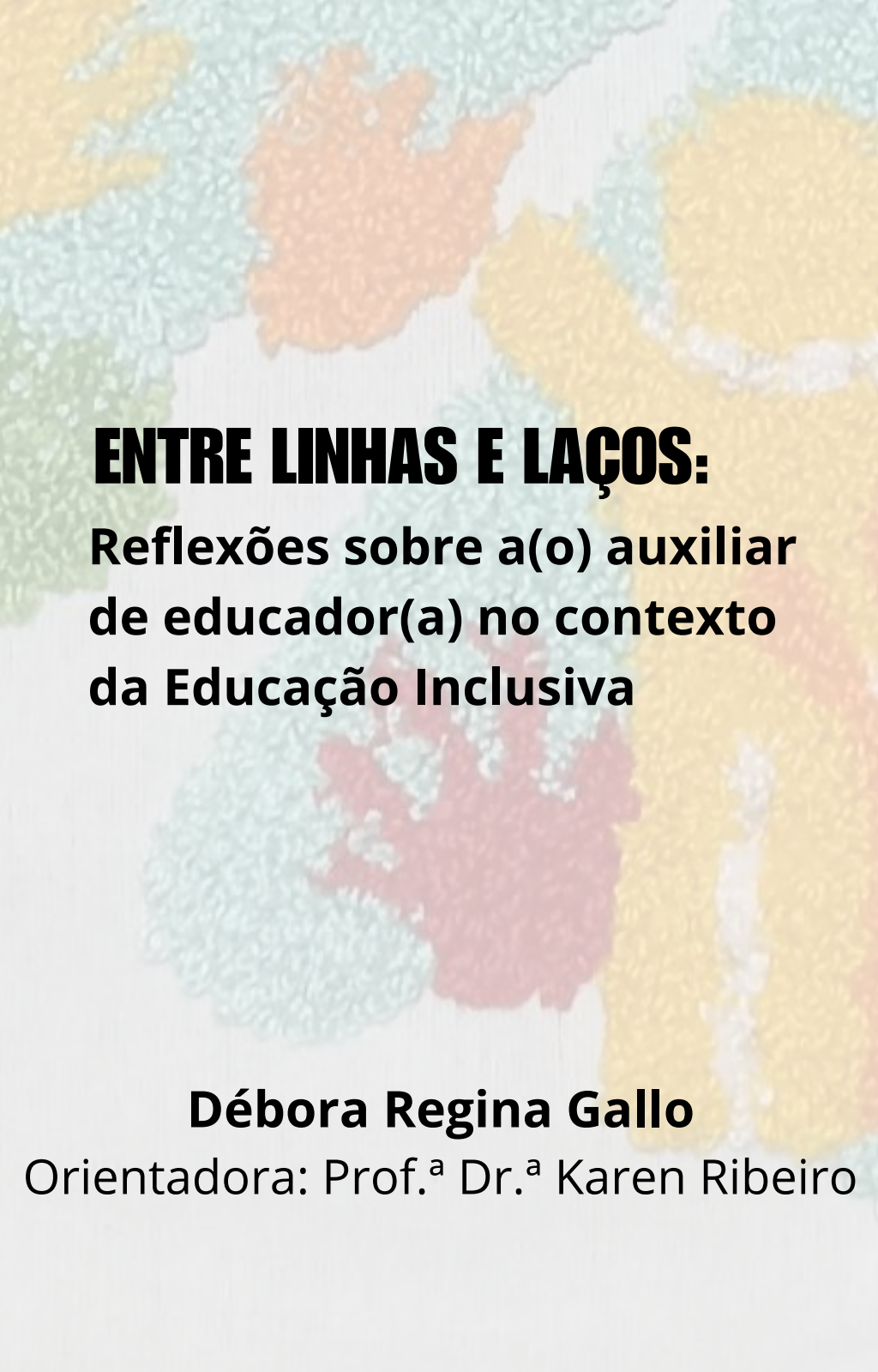
CDD: 371.9



# Entre linhas e laços: Reflexões sobre a(o) auxiliar de educador(a) no contexto da Educação Inclusiva

**Débora Regina Gallo**

DESCRIÇÃO DA IMAGEM - Capa com fundo composto por um bordado artesanal feito com ponto russo, representando duas figuras humanas no centro, de braços erguidos, rodeada por diversas mãos coloridas. As cores são vivas e variadas, simbolizando diversidade e inclusão. - FINAL DA DESCRIÇÃO

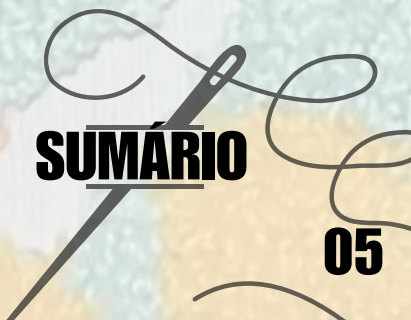


# **ENTRE LINHAS E LAÇOS:**

**Reflexões sobre a(o) auxiliar  
de educador(a) no contexto  
da Educação Inclusiva**

**Débora Regina Gallo**

**Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Karen Ribeiro**



## SUMÁRIO

### **APRESENTAÇÃO**

**05**

### **GUIA DE UTILIZAÇÃO**

**08**

### **1. A(O) AUXILIAR DE EDUCADOR(A)**

**09**

O(a) Auxiliar de Educador(a) na Educação Inclusiva:  
Trajetória, Desafios e Reconhecimento Profissional

**09**

### **2. ASSISTENCIALISMO E EDUCAÇÃO ESPECIAL**

**13**

Conceito de assistencialismo na Educação Especial

**13**

Diferenças entre auxiliar o estudante e torná-lo autônomo

**13**

Relação entre capacitismo e assistencialismo

**17**

Problematização sobre o papel do auxiliar com o ensino

**19**

### **3. TRABALHO COLABORATIVO**

**21**

O trabalho colaborativo entre auxiliar de educador(a) e  
professores regentes

**21**

Equipe pedagógica e o trabalho colaborativo no  
contexto da Educação Inclusiva

**23**

## **4. INSTRUMENTOS DE TRABALHO**

Registros diários como instrumentos do trabalho pedagógico

O uso de portfólios para registros na educação inclusiva

Orientações sobre o observar para registrar

Espaço de autoria

**25**

**25**

**27**

**28**

**29**

## **5. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

## **^ REFERÊNCIAS**

**30**

**32**



# APRESENTAÇÃO

Esse *e-book* é resultado da dissertação de mestrado profissional intitulada "AUXILIAR DE EDUCADOR(A) NO ENSINO FUNDAMENTAL: desafios da profissão no contexto da Educação Inclusiva", da pesquisadora e professora Débora Regina Gallo, sob orientação da Professora Doutora Karen Ribeiro do Programa de Mestrado Profissional em Educação Inclusiva em Rede Nacional (PROFEI), da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), na linha de pesquisa "Práticas e Processos Formativos de Educadores para a Educação Inclusiva", e vinculado ao Grupo de Estudos e Pesquisas em Processos de Aprendizagem (GEP-ProA).

Este *e-book* tem como objetivo oferecer aos(as) auxiliares de educador(a) e demais profissionais da educação conhecimentos que promovam a compreensão do seu papel no contexto escolar e apoiem a elaboração de registros atinentes com os princípios da Educação Inclusiva. Além disso, enfatiza a importância do olhar atento para a observação planejada das tarefas desempenhadas por estudantes, abordando também a legislação que orienta a atuação desses profissionais, as implicações do assistencialismo na Educação Especial, o enfrentamento ao capacitismo e a relevância do trabalho colaborativo com professoras(es) e equipes pedagógicas.

Em tempos de inteligência artificial, em que se discute o apoderamento das produções humanas, a proposta da capa do e-book vai na contramão desta tendência. Trata-se de uma criação feita pela própria pesquisadora, em bordado denominado ponto russo, também conhecido como *Punch Needle*, técnica antiga, com registros de sua prática entre os antigos egípcios e que se espalhou pela Europa na Idade Média. O bordado é executado com a utilização de um instrumento denominado de agulha mágica, que consiste em enfiar o fio de lã ou linha no tecido, criando um desenho em relevo e com textura no oposto da tela. Essa técnica pode ser utilizada em diferentes artefatos, como toalhas, quadros e em tapeçaria (Benites, 2021).

A escolha dessa produção de capa deve-se à expectativa das participantes da pesquisa em obterem como resultado um recurso educacional que agilizasse a elaboração de relatórios de acompanhamento das crianças, pode-se dizer de modo mágico. A elaboração da capa busca provocar questionamentos sobre esta demanda ao mostrar que, mesmo partindo de um modelo preestabelecido, como a logo do PROFEI, a criação de um bordado, utilizando a chamada "agulha mágica", pode funcionar como um instrumento de apoio ao trabalho, sem, contudo, substituir o processo de criação, participação e autoria.



Para dar a devida visibilidade à presença das mulheres, maioria entre as profissionais da educação fundamental, e sem desconsiderar a presença dos homens, optamos por não utilizar o masculino genérico. Assim, empregamos as formas professora e professor (ou professora(o), quando necessário) para designar as pessoas, ainda que essa escolha possa reduzir um pouco a fluidez da leitura.





# GUIA DE UTILIZAÇÃO

Para realizar a utilização deste *e-book*, recomenda-se que o(a) leitor(a) inicie explorando o material na íntegra para compreender sua estrutura e obter uma visão ampla dos conteúdos e informações disponíveis.

Após essa etapa, sugere-se ao(à) leitor(a) que retorne aos capítulos específicos, explorando em cada seção detalhes e orientações de acordo com suas necessidades.

No sumário, ao clicar no título, você será automaticamente redirecionado à página em questão. No decorrer do *e-book*, informações extras estão disponibilizadas, as quais darão acesso a artigos, vídeos ou páginas da *internet* que contêm a informação descrita.

Ao final, a autora disponibiliza seu *e-mail* para que as(os) leitoras(es) possam entrar em contato para eventuais dúvidas, contribuições ou para compartilhar experiências relacionadas à temática abordada.



# 1. A(O) AUXILIAR DE EDUCADOR(A)

Uma educação verdadeiramente inclusiva exige que diversos âmbitos do sistema educacional sejam reorganizados, desde mudanças estruturais no espaço físico escolar até as (os) profissionais que atendem essa criança. Nesse contexto, destaca-se a atuação da(o) auxiliar de educador(a), que tem como objetivo discutir os fundamentos legais e pedagógicos que embasam sua presença nas instituições de ensino, assim como problematizar questões que envolvem esse profissional.

- **A(o) Auxiliar de Educador(a) na Educação Inclusiva: Trajetória, Desafios e Reconhecimento Profissional**

A presença da(o) auxiliar de educador(a) na escola pode ser considerada como resultado das lutas e conquistas históricas em prol das pessoas com deficiência no campo do direito à educação. Como apontam Gallo e Ribeiro (2025), a trajetória desse profissional está relacionada ao aumento do número destes estudantes nas escolas regulares, uma vez que é, a partir dessas conquistas, que o direito à aprendizagem para todos começa a se consolidar como um princípio fundamental do sistema educacional.

Esse processo de implantação das(os) profissionais, denominadas neste trabalho de auxiliares de educador(a), foi moroso, sendo que, apenas em 2015, a Lei Federal nº 13.146 (Brasil, 2015) cita-o, utilizando a terminologia Profissional de Apoio Escolar. Entre suas funções, constam atividades que envolvem a alimentação, higiene e locomoção de estudante com deficiência, assim como todas as atividades escolares em que o aluno necessitar de auxílio.

Nessa lei, não há nenhuma determinação quanto ao nível de escolarização do profissional para que possa atuar na função. Gallo e Ribeiro (2025) ressaltam que, não havendo exigência de uma formação específica, pode-se admitir contratações de baixo custo para as instituições e órgãos competentes, desvalorizando o trabalho e o profissional atuante.

Assim como na cidade *locus* da pesquisa que resultou nesse *e-book*, a denominação do profissional citado na lei que rege a profissão, como Profissional de Apoio Escolar, se diferencia, apresentando variações, o que também ocorre em outras localidades. Na pesquisa de Piovezan e Vilaronga (2025), é possível verificar uma gama de nomenclaturas nas redes estaduais de ensino para se referir ao que está sendo denominado neste trabalho como auxiliar de educador(a) como:



assistente educacional (AC); cuidador (AP/ES); higienizador (GO); estagiários para atuar como apoio escolar a alunos público-alvo da educação especial - apoio escola (PA); profissionais de apoio escolar (PE); auxiliar de serviços gerais - atendente profissional de apoio (PR); técnico educacional nível II - cuidador (RO); profissional de apoio escolar (processo seletivo) (RR); agente educacional II - interação com o educando (RS); profissional de apoio escolar I (SE) (Piovezan; Vilaronga, 2025, p. 8-9).

A diversidade de nomenclaturas adotadas pelas redes de ensino em diferentes estados evidencia não apenas a ausência de uma padronização normativa, mas também a fragilidade no reconhecimento e na valorização dessa função.

Diante do exposto, é possível compreender que a presença da(o) auxiliar de educador(a) nas instituições escolares representa uma conquista significativa no processo de consolidação da Educação Inclusiva, ainda que permeada por desafios estruturais, legais e formativos.

A falta de exigência quanto à formação específica para o exercício do cargo, como apontam Gallo e Ribeiro (2025), contribui para a precarização do trabalho e dificulta a consolidação de uma prática pedagógica qualificada.



**Sugestão de leitura: Auxiliar de professor/a:  
um breve histórico sobre esse profissional**



O artigo "Auxiliar de professor/a: um breve histórico sobre esse profissional", de Débora Regina Gallo e Karen Ribeiro, analisa a evolução da função do auxiliar de professor/a na Educação Especial no Brasil.



Assim, o fortalecimento do papel da(o) auxiliar de educador(a) requer não apenas reconhecimento legal, mas também investimentos e planejamentos em formação, valorização profissional e políticas públicas que garantam sua atuação como agente no processo de ensino e aprendizagem de estudantes com deficiência.



**Sugestão de leitura: DECRETO Nº 12.686, DE**  
**20 DE OUTUBRO DE 2025**



Este documento apresenta o DECRETO Nº 12.686, DE 20 DE OUTUBRO DE 2025. Ele estabelece direitos e garantias voltados à inclusão social, à cidadania e à igualdade de oportunidades para pessoas com deficiência.

## **Profissional de Apoio à Inclusão Escolar: Esclarecimentos e Reflexões.**

O vídeo *“Profissional de Apoio à Inclusão Escolar: Esclarecimentos e Reflexões”* apresentado por Flávia Albaine e a convidada Mamary Lopes - Mestra e Doutora em Educação Especial, dialogam sobre o profissional de Apoio Escolar. Ele está disponível no canal *“Juntos pela Inclusão”*, com duração de 1 hora, 33 minutos e 27 segundos.



INÍCIO DA DESCRIÇÃO DA IMAGEM - Duas mãos seguram pequenas figuras de papel coloridas representando pessoas em um círculo simbolizando união. O fundo está desfocado, destacando a mão e as figuras. - FIM DA DESCRIÇÃO

Link do canal: [https://www.youtube.com/watch?v=evFR0y\\_uDnY](https://www.youtube.com/watch?v=evFR0y_uDnY)



## 2. ASSISTENCIALISMO E EDUCAÇÃO ESPECIAL

O assistencialismo acompanha a história da Educação Especial desde a criação de suas primeiras instituições, refletindo os inúmeros desafios enfrentados na escolarização das pessoas com deficiência. No entanto, mesmo com os avanços conquistados, práticas assistencialistas ainda persistem no cotidiano das escolas regulares. Nesse contexto, esta seção se propõe a discutir essa permanência e seus impactos na construção de uma educação verdadeiramente inclusiva.

### • Conceito de assistencialismo na Educação Especial

Conforme o dicionário *Online Michaelis* (2025), a definição de assistencialismo é “Trabalho estruturado de assistência social, exercido por indivíduo, grupo de pessoas, organização governamental ou não governamental, aos membros carentes de uma sociedade”. Na perspectiva da Educação Inclusiva, o assistencialismo está presente desde os primeiros movimentos voltados às pessoas com deficiência, uma vez que, segundo Hykavei Junior e Cruz (2022), a trajetória da Educação Especial revela uma atuação marcada pela marginalização desse grupo, baseada em uma concepção

de cunho assistencialista.

Os autores relatam que essa assistência acontecia já que não eram vistas expectativas educacionais em relação às pessoas com deficiência, o que só aumentava a exclusão perante a sociedade, o que não se difere de muitas ações vivenciadas em escolas atualmente.

- **Diferenças entre auxiliar o estudante e torná-lo autônomo**

No âmbito da Educação Especial e Inclusiva, é essencial o ensino de todas as pessoas. Para isso, faz-se necessário compreender a diferença entre o auxílio e o favorecimento da autonomia. Enquanto o auxílio representa uma ação imediata, por vezes necessária diante de determinada demanda, o desenvolvimento da autonomia requer uma ação intencional para os processos de aprendizagem.

A intencionalidade no contexto educacional trata-se de uma educação cujos princípios de ensino estão focados em garantir a aprendizagem de todos os alunos, considerando toda diversidade que se faz presente. É necessário destacar que, agir com intencionalidade é agir de forma consciente, planejada e criativa. (Magalhães, 2024, p. 11).

Para um ensino intencional, é importante que o profissional da educação conheça os níveis de desenvolvimento, propostos por Vigotski e apresentados por Ferraciolli (2022): Nível de Desenvolvimento Atual



(NDA) e Zona de Desenvolvimento Iminente (ZDI). O NDA consiste no desenvolvimento do estudante no que ele é capaz de fazer sem a ajuda de alguém, ou seja, sozinho e de maneira correta, demonstrando que esse conhecimento já está dominado e aprendido (Ferracioli, 2022).

Já a ZDI se caracteriza justamente pelo aspecto “interpsíquico do desenvolvimento”, ou seja, conhecimentos não consolidados pela(o) estudante e que depende da internalização de signos, dos conteúdos escolares sistematizados, para ampliar o nível de desenvolvimento atual (Ferracioli, 2022).

Neste sentido, o profissional da educação deve atuar de forma intencional e planejada na ZDI. Para tanto, é fundamental que compreenda previamente o NDA do estudante, identificando aquilo que já foi internalizado e consolidado.

O processo de ensino deve se adiantar ao NDA e agir na ZDI para assim promover aprendizagens que vão, caso culminem em ato instrumental para o aprendiz, fazer avançar seu desenvolvimento atual e, ao mesmo tempo, ampliar ainda mais as possibilidades de compreensão e ação interpsíquica (Ferracioli, 2022, p. 44).

Assim, Ferracioli (2022) destaca que o ensino deve atingir diretamente sobre a ZDI, espaço em que o estudante, com outro mais experiente, profissional da educação, é capaz de realizar tarefas que ainda não



domina de forma autônoma. Segundo o autor, “por meio do ensino por parte de outros mais desenvolvidos [...] o sujeito aprendiz é capaz de saber/fazer aquilo que não teria plenas condições de compreender ou realizar sozinho, mas que já estava na iminência de atingir” (Ferracioli, 2022, p.43). Para que essa intervenção seja efetiva, é imprescindível que o educador compreenda o NDA de cada estudante, reconhecendo suas capacidades já estabelecidas, de modo a atuar intencionalmente sobre as potencialidades ainda não realizadas, promovendo seu pleno desenvolvimento.

## Canal no Youtube: BargunCEI

O canal no Youtube “BagunCEI”, coordenado pela Profa. Dra. Cassiana Magalhães da Universidade Estadual de Londrina (UEL), voltado para o público da educação, oferece cursos de extensão, contação de histórias e conteúdos relacionados à docência infantil. Entre os cursos disponibilizados, destaca-se o curso “Apropriações teóricas e o desenvolvimento do pensamento do professor”, coordenado pelas Profa. Dra. Cassiana Magalhães, pela Profa. Dra. Marilucia Antonia de Resende Pedroza e Prof. Dr. Armando Marino Filho.



DESCRIÇÃO DE IMAGEM - Quatro crianças brincam juntas: uma menina em cadeira de rodas lê um livro, outra corre atrás de uma borboleta, um menino segura pincéis e uma menina sentada desenha. A cena destaca diversidade, inclusão e alegria infantil. - FIM DA DESCRIÇÃO

Link do canal:  
<https://www.youtube.com/c/BagunCEI>

## Canal no Youtube: Reunião Pedagógica

O canal no Youtube “Reunião Pedagógica” é um espaço online para diálogos teórico-práticos sobre ser professora. Por Juliana C. Pasqualini da Universidade Estadual Paulista (Unesp) e Maria Cláudia Saccomani da Universidade Federal de São Carlos.



DESCRIÇÃO DA IMAGEM - fundo quadriculado em cinza claro, sobre o qual há uma mancha rosa em aquarela. No centro da mancha está escrito em letras pretas: “reunião pedagógica” - FIM DA DESCRIÇÃO

Link do canal: <https://www.youtube.com/c/reuniao pedagogica>



## • **Relação entre capacitismo e assistencialismo**

O capacitismo é uma forma de discriminação que se estrutura a partir da valorização de padrões considerados normais, ou seja, aqueles que mais se aproximam de um padrão estético e funcional idealizado socialmente. Para Mello (2016, p. 3274), “a capacidade de ser e fazer que é reiteradamente negada às pessoas com deficiência em diversas esferas da vida social”. Montuanelli (2025) defende que essa lógica estabelece uma hierarquização entre corpos, privilegiando os que se enquadram na chamada “corpo-normatividade” e marginalizando aqueles que se desviam desse padrão, como os corpos de pessoas com deficiência. Essa exclusão opera de forma simbólica e material, influenciando o acesso a direitos, espaços e oportunidades. Nesse sentido, a autora destaca que o capacitismo não se limita a atitudes individuais, mas está presente nas estruturas sociais e nas relações de trabalho, reforçando desigualdades históricas vividas por pessoas com deficiência.

Os estudos sobre o tema definem como capacitismo a forma como pessoas com deficiência são tratadas como “incapazes”, aproximando as demandas dos movimentos de pessoas com deficiência a outras discriminações sociais como o racismo, o sexismo e a homofobia (Mello, 2016, p. 3272).

Essa perspectiva limitada reforça estigmas e barreiras sociais que negam a autonomia e os direitos das pessoas



com deficiência como desprovidas de capacidade e competência, não apenas para o exercício do trabalho, mas também para administrar sua própria vida, tomar decisões e realizar escolhas baseadas em seus próprios desejos.

Dessa forma, indivíduos que não atendem a perspectiva da normalização, não atendendo os padrões estabelecidos pela sociedade capitalista, também se tornam indivíduos alvos do capacitismo (Montuanelli, 2025).

Portanto, a discriminação em razão da deficiência, materializada pelo capacitismo, opera por inúmeras formas, dentre elas, a associação dos corpos com deficiência como defeituosos, estranhos, anormais, sob a consideração de que não devem frequentar escolas, espaços de trabalho, sob a presunção de que são incapazes e improdutivos. Ademais, o capacitismo manifesta-se de forma velada, por meio de comentários e uso de expressões pejorativas, acompanhados de comportamentos sutis disfarçados, inclusive, em forma de elogioso (Montuanelli, 2025, p. 59).

Assim, quando nos referimos ao capacitismo e assistencialismo na Educação Especial, podemos considerar que eles estão ligados de maneira interdependente, configurando como práticas que limitam a efetivação dos direitos das pessoas com deficiência. Desta forma, o capacitismo se manifesta de maneira estrutural que invalida as potencialidades das pessoas com deficiência. Em paralelo, o assistencialismo, apresentado como uma aparente benevolência, reforça a necessidade de dependência de terceiros, dificultando a



autonomia da pessoa e subestimando suas potencialidades educacionais.

- **Problematização sobre o papel do auxiliar com o ensino**

Embora a legislação delimite as funções dos Profissionais de Apoio Escolar sempre com foco na promoção da autonomia dos estudantes com deficiência, relacionado às atividades da vida diária, na prática, cada rede de ensino tem elaborado normativas. Conforme destaca Oliveira (2019), é comum que esses profissionais também atuem na instrução das atividades escolares, sendo fundamental que suas ações estejam alinhadas ao planejamento pedagógico do(a) professor(a) regente. Além disso, suas atribuições frequentemente incluem o incentivo à interação social e à participação em atividades coletivas, o trabalho colaborativo com a equipe escolar, bem como o apoio na organização dos materiais, rotinas e tarefas das(os) estudantes.

Logo, o auxiliar pode atuar como intermediário nas questões sociais e de comportamento, na comunicação e linguagem, nas atividades e/ou brincadeiras escolares, e nas atividades dirigidas e/ou pedagógicas na escola. Este profissional também atua em diferentes ambientes escolares, tais como a sala de aula, as dependências da escola, pátio e nos passeios escolares que forem de objetivo social e pedagógico. Também pode acompanhar a criança ao ba-



nheiro, principalmente se estiver com objetivo de desfralde, auxiliando nos hábitos de higiene, promovendo independência e autonomia no decorrer da rotina, em comum acordo com o professor (Santos, 2019, p. 24).

O apoio no desenvolvimento da autonomia dos(as) estudantes com deficiência deve estar presente em todos os momentos e ações do profissional, tendo em vista a importância dessa função. É a(o) auxiliar de educador(a) que possibilitará o desenvolvimento da autonomia, aspecto também considerado pedagógico, como nos momentos de alimentação, no uso do banheiro e na locomoção. Esses momentos, frequentemente tratados como secundários no planejamento pedagógico, são, na verdade, oportunidades essenciais para o fortalecimento da independência, da autoconfiança e da dignidade dos(as) estudantes.

Nesse sentido, é preciso que toda a equipe pedagógica compreenda a dimensão educativa presente nas ações cotidianas. Cada ida ao banheiro, deslocamento pela escola e refeição pode ser uma experiência pedagógica planejada e intencional.



### **Sugestão de leitura: Cartilha - Combata o capacitismo**



A cartilha "Combata o capacitismo", publicada pelo Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania em novembro de 2023, esclarece o conceito de capacitismo como qualquer forma de discriminação contra pessoas com deficiência.



### 3. TRABALHO COLABORATIVO

A educação demanda a integração e o trabalho articulado entre todas as áreas que compõem a instituição de ensino, não se desenvolvendo de maneira isolada. Nesse sentido, a colaboração entre auxiliares de educador(a), professoras, professores e equipe pedagógica contribui para um planejamento pedagógico intencional voltado para o ensino de estudantes com deficiência.

- **O trabalho colaborativo entre auxiliar de educador(a) e professores regentes**

O trabalho colaborativo entre profissionais da educação é fundamental para a construção de práticas pedagógicas, permitindo a troca de ideias, conhecimento, experiências e estratégias. Segundo Alves *et al.* (2022), essa atuação conjunta envolve um processo contínuo de diálogo e cooperação, ressaltando a importância da interação entre as pessoas envolvidas para enfrentar os desafios educacionais.

Essa prática também se aplica à relação entre professoras, professores e auxiliares de educador, uma vez que ambos(as) atuam diretamente no ensino do(a) estudante. Juntos, buscam estratégias que promovam o ensino e a autonomia gradual do estudante,

por meio de uma atuação articulada e complementar.

[...] tal cultura colaborativa é, normalmente, considerada pelos professores um elemento fundamental do seu desenvolvimento profissional, com significativos resultados quanto à eficiência e eficácia da sua ação educativa, bem como na melhoria dos processos de ensino e aprendizagem (Alves et al., 2022, p. 213).

Conforme aponta Michelluzzi (2022), as trocas realizadas no trabalho colaborativo buscam diminuir barreiras, além de elaborar estratégias para que os objetivos sejam alcançados por meio de planejamento articulado garantindo o ensino, tanto no que diz respeito ao conteúdo escolar trabalhado pelo professora ou professor regente, quanto no trabalho da(o) auxiliar de educador(a).

Mas, para que esse momento de trabalho colaborativo aconteça, faz-se necessário que os sistemas educacionais “propiciem as condições adequadas para que os trabalhos coletivos se transformem em colaborativos” (Micheluzzi, 2022, p. 329). Isso inclui não apenas a oferta de tempo e espaço para o planejamento conjunto, mas também o incentivo à formação continuada, ao diálogo entre os profissionais e ao reconhecimento da importância do trabalho em equipe como elemento essencial para a qualidade da prática pedagógica.

A partir das reflexões sobre o trabalho colaborativo, Damiani (2008) descreve que esse trabalho entre os



profissionais da educação apresenta potencialidades para um enriquecimento no trabalho pedagógico com o estudante, sendo uma troca constante de conhecimento.

- **Equipe pedagógica e o trabalho colaborativo no contexto da educação inclusiva**

A participação da equipe pedagógica no trabalho com estudantes público-alvo da Educação Especial, juntamente com as(os) auxiliares de educador(a), consolida o trabalho e dá maior suporte à prática pedagógica. De acordo com Tezani (2009), o(a) gestor(a) escolar desempenha um papel central na promoção de uma cultura colaborativa na escola, ao favorecer a interação entre professoras, professores e demais integrantes da equipe. É por meio da abertura ao diálogo, da valorização das trocas de experiências e da construção de uma equipe pedagógica democrática e participativa, respeitando suas possibilidades e o contexto da escola, que o(a) gestor(a) contribui efetivamente para a concretização da inclusão escolar.

Consideramos que a educação inclusiva necessita proporcionar, em suas práticas cotidianas, um clima organizacional favorável que estimule o saber e a cultura, proporcionando aos alunos o desenvolvimento de conhecimentos técnicos, éticos, políticos, humanos, para que se tornem emancipados e autônomos. Acreditamos que isso só será possível se houver uma gestão escolar capaz de enfatizar os processos democráticos e participativos no cotidiano escolar. Há, portanto, a necessidade de promover uma mudança social e educacional, abandonando práticas individualizadoras e fomentando a ação coletiva (Tezani, 2009, p. 5).



Atuar com intencionalidade na Educação Inclusiva exige do(a) gestor(a) escolar um compromisso com a construção do trabalho colaborativo entre seus profissionais. Isso envolve a organização de reuniões pedagógicas, a promoção da acessibilidade e o fortalecimento do vínculo entre a equipe escolar, profissionais externos e a comunidade. Nesse sentido, Tezani (2009) ressalta que é papel do(a) gestor(a) fomentar essas ações de forma participativa e contextualizada, contribuindo para o desenvolvimento de uma gestão democrática voltada à inclusão escolar.





## 4. INSTRUMENTOS DE TRABALHO

Elaborar um instrumento de avaliação para estudantes da Educação Especial é, antes de tudo, considerar o processo, os avanços e as suas conquistas.

Nesse contexto, a utilização de registros como ferramenta de trabalho torna-se essencial, pois é por meio deles que se documenta a trajetória educacional do estudante.

Esses registros não apenas subsidiam o planejamento pedagógico, como também garantem que profissionais da educação e da saúde que atuam com estudantes da escola tenham acesso a informações relevantes, permitindo a continuidade e a qualificação do processo de ensino e aprendizagem. É sobre essa temática que esta seção se dedicará a discutir.

### • **Registros diários como instrumentos do trabalho pedagógico**

Os registros diários das atividades dos(as) estudantes da Educação Especial são fundamentais para o acompanhamento contínuo do desenvolvimento individual, permitindo que as(os) educadoras(es) identifiquem avanços, desafios e necessidades específicas de cada estudante, sendo consultadas(os) por todas(os) os(as) profissionais que o acompanham.

Nessa perspectiva, como destaca Freire (1996), é por meio das informações sistematizadas sobre a realidade, aquilo que se observa e se registra, que a educadora e o educador são capazes de compreender e transformar sua prática. Ao organizar esses dados, a(o) profissional da educação não apenas documenta a experiência, mas também elabora novos conhecimentos.

Freire (1996) destaca que, por meio de registros detalhados e bem estruturados, é possível dar continuidade ao trabalho em colaboração com a professora ou professor regente, promovendo um acompanhamento constante do desenvolvimento dos estudantes, planejando o ensino às necessidades individuais, garantindo uma documentação que apoie a avaliação e a tomada de decisões, além de reconhecer e valorizar as particularidades de cada estudante.

A(o) auxiliar de educador(a) também encontra no registro um espaço fundamental para planejar, rever e embasar sua atuação. Para Freire (1996), é nesse exercício de escrita, avaliação e organização do trabalho educativo que a(o) profissional desenvolve sua autonomia e pensamento crítico, tornando-se sujeito do próprio trabalho pedagógico ao lado dos educandos, sejam crianças, adolescentes ou adultos.



- **O uso de portfólios para registros na educação inclusiva**

Pode-se fazer a documentação pedagógica por diferentes formas de registro. O portfólio é uma possibilidade, sendo “instrumento de construção de uma memória partilhada do processo que possibilita refletir sobre o que se produz” (Marques; Almeida, 2011, p. 174). Trata-se de uma construção conjunta, entre educador e educando, em que são registrados relatos de experiências, atividades e fotografias, construídos com a ajuda do próprio estudante, conforme necessidade.

No caso dos alunos com deficiência, o portfólio, enquanto instrumento de avaliação da aprendizagem, pode ajudar e facilitar, consideravelmente, ao docente entender a transição do estudante de um patamar para outro na aprendizagem. Também servirá de histórico do aluno para seus outros educadores. Outra importância na construção do portfólio é auxiliar na tomada de decisão sobre que recursos de acessibilidade deverão ser oferecidos de acordo com o grau de suas necessidades (Cordeiro, 2023, p. 56)

Registrar de forma constante no contexto da educação inclusiva não é só organizar informações: é uma maneira relevante de mostrar como cada estudante está aprendendo e se desenvolvendo ao longo do tempo. Como afirmam Marques e Almeida (2011), a documentação pedagógica permite tornar visível o que a criança produz, ajudando a entender as ideias e hipóteses que ela elabora ao longo da trajetória escolar. Mais do que apenas observar, trata-se de subsídios para a



organização do trabalho pedagógico.

Cordeiro (2023) destaca que o material reunido ao longo do ano deve conter não apenas produções dos estudantes, mas também anotações da professora e do professor, auxiliar e demais profissionais da instituição, pois assim é possível avaliar, de forma contínua, o processo escolar.

### • **Orientações sobre como observar para registrar**

O registro das atividades do(a) estudante só pode ser realizado após sua observação, mas, para que isso aconteça de modo significativo, é necessário que a(o) auxiliar de educador(a) e/ou os demais profissionais atuantes na educação saibam observar. Freire (1996) apresenta algumas considerações sobre este aspecto:

- o movimento de concentração para a escuta do próprio ritmo, aquecimento do próprio olhar e registro da pauta para a observação. O que se quer observar, que hipóteses se quer checar, o que se intui que não se vê, não se entende, não se sabe qual o significado, etc.;
- o movimento que se dá no registro das observações, seguindo o que cada um se propôs na pauta planejada. Onde o desafio está em sair de si para colher os dados da realidade significativa e não da idealizada;
- o movimento de trazer para dentro de si a realidade observada, registrada, para assim poder pensá-la, interpretá-la. É enquanto reflito sobre o que vi que a ação de estudar extrapola o patamar anterior. Neste movimento podemos nos dar conta do que ainda não sabemos, pois iremos nos defrontar com nossas hipóteses adequadas e inadequadas e construir um planejamento do que falta observar, compreender, estudar (Freire, 1996, p.2).



Desta forma, segundo Freire (1996), a observação envolve a avaliação e o planejamento, com a intencionalidade do que observar, para que observar e o que essa observação pode significar.

Conhecer o nível de desenvolvimento do estudante é fundamental para o planejamento pedagógico intencional que promova o desenvolvimento das crianças. Nesse sentido, ao observar e registrar aspectos da relação estabelecida entre a criança com colegas, professoras(es), auxiliares de educador(a) e o modo como participa das diversas atividades realizadas em sala de aula e no espaço de convivência escolar, a(o) profissional organiza e documenta informações fundamentais para o planejamento da atuação pedagógica voltado para o desenvolvimento das crianças. Deste modo, seguem algumas sugestões iniciais sobre o que auxiliares de educadoras(es) podem observar e registrar.

- **Relação com as pessoas:** Observe como a criança se relaciona com colegas e demais funcionárias(os) da escola. Registre situações de aproximação, afastamento, conflitos, acolhimento e participação em atividades coletivas.
- **Relacionamento com as(os) auxiliares e as(os) professoras(es):** Note como a criança responde às orientações, solicitações e intervenções das(os) auxiliares de educadoras(es) e das(os) dos professores. Registre como compreende instruções

Desta forma, segundo Freire (1996), a observação envolve a avaliação e o planejamento, com a intencionalidade do que observar, para que observar e o que essa observação pode significar.

Conhecer o nível de desenvolvimento do estudante é fundamental para o planejamento pedagógico intencional que promova o desenvolvimento das crianças. Nesse sentido, ao observar e registrar aspectos da relação estabelecida entre a criança com colegas, professoras(es), auxiliares de educador(a) e o modo como participa das diversas atividades realizadas em sala de aula e no espaço de convivência escolar, a(o) profissional organiza e documenta informações fundamentais para o planejamento da atuação pedagógica voltado para o desenvolvimento das crianças. Deste modo, seguem algumas sugestões iniciais sobre o que auxiliares de educadoras(es) podem observar e registrar.

- Relação com as pessoas: Observe como a criança se relaciona com colegas e demais funcionárias(os) da escola. Registre situações de aproximação, afastamento, conflitos, acolhimento e participação em atividades coletivas.
- Relacionamento com as(os) auxiliares e as(os) professoras(es): Note como a criança responde às orientações, solicitações e intervenções das(os) auxiliares de educadoras(es) e das(os) professoras(es). Registre como compreende instruções



verbais e escritas e como lida com a diferentes propostas.

- Conquistas: Registre as situações em que antes a criança apresentava dificuldade e que passou a apresentar mais facilidade, ainda que discreta.
- Atividades com e sem auxílio: Identifique o que a criança não consegue realizar, o que realizou de forma independente e o que foi feito com apoio parcial ou total.

É importante ressaltar que a definição do roteiro de observação deve ser discutido e elaborado de maneira coletiva com diferentes profissionais da educação e dependerá do contexto escolar: ano escolar, turma, período, especificidade da criança, entre outros aspectos relevantes. Além disso, o registro é um instrumento para guiar o trabalho pedagógico. As dificuldades apresentadas pela criança em determinadas atividades escolares indicam que ainda não as realizam com autonomia e, portanto, necessitam da intervenção pedagógica qualificada de um(a) profissional da educação. Assim, as informações devem ser datadas para facilitar a compreensão do percurso da(o) estudante e também conter sugestões de como o planejamento do trabalho do(a) auxiliar de educador(a), articulado com a do(a) professor(a) possibilitará conquistas ainda não consolidadas.



- **Espaço de autoria**

O processo de observação e registro das atividades dos(as) estudantes público da Educação Especial é um espaço de autoria da(o) auxiliar de educador(a), que deve ser valorizado e levado em consideração pela equipe pedagógica nas tomadas de decisões e avaliações do desenvolvimento do estudante.

Pois, não existe prática sem teoria; como também, não existe teoria que não tenha nascido de uma prática. Porque o importante é que a reflexão seja um instrumento dinamizador entre prática e teoria. Porém, não basta pensar, refletir, o crucial é fazer com que a reflexão nos conduza à ação transformadora, que comprometa-nos com nossos desejos, nossas opções, nossa história (Freire, 1996, p. 23).

Assim, a(o) auxiliar educador(a), em um trabalho colaborativo junto a professora ou professor regente, pode desenvolver intervenções, orientações e *feedbacks* significativos que promovam a discussão e o planejamento sobre cada etapa do ensino. Para realizar, é fundamental que a(o) auxiliar educador(a) disponha de metodologia e de instrumentos que sustentem o processo de apropriação do conhecimento e o exercício da autoria (Freire, 1996).



## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o objetivo de oferecer às(aos) auxiliares de educador(a) conteúdos informativos que promovam a compreensão do seu papel no contexto escolar e apoiem a elaboração de registros mais conscientes e alinhados com os princípios da Educação Inclusiva, esse material foi desenvolvido com pesquisa e estudo, a fim de colaborar para atuação planejada e intencional desse profissional tão importante no cenário educacional inclusivo.

Para aqueles que cuidam, educam e apoiam os estudantes com deficiência, assim como os professores que atuam com ele, minhas palavras de agradecimento e incentivo. O papel de vocês na escola é fundamental, pois contribui significativamente para que estudantes e professores recebam o suporte necessário, ampliando as possibilidades de ensino e desenvolvimento da autonomia.

Espero que as informações dispostas sejam relevantes para o seu trabalho e contribuam para pensar nos rumos da profissão. Desta forma, encorajamos a todos a compartilhar esse *e-book* para que outras pessoas, auxiliares de educador(a) e

outros profissionais da área da educação possam conhecer os assuntos aqui tratados.

Muito obrigada pelo tempo dedicado à leitura e fico à disposição para eventuais dúvidas, contribuições ou para compartilhar experiências relacionadas à temática abordada. Estamos juntos nessa caminhada, fortalecendo o trabalho colaborativo e inclusivo.

Débora Regina Gallo  
**240205201017@uepg.br**



# REFERÊNCIAS

ALVES, Sónia; MACEDO, Lara; MADANELO, Olga Maria; MARTINS, Maria Manuela; MARTINS, Maria. **Trabalho colaborativo docente para a melhoria da ação educativa**. Gestão e Desenvolvimento, [S. l.], n. 30, p. 209-231, 2022. DOI: 10.34632/gestaoedesenvolvimento.2022.11325. Disponível em: <https://journals.ucp.pt/index.php/gestaoedesenvolvimento/article/view/11325>. Acesso em: 14 set. 2025.

BENITES, Patricia. **Punch Needle**: como fazer ponto russo passo a passo para iniciantes [15 passos]. Homify, 2021. Disponível em: <https://www.homify.com.br/diy/12730/punch-needle-como-fazer-ponto-russo-passo-a-passo-para-iniciantes-15-passos>. Acesso em: 15 set. 2025.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. **Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência** (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 7 jul. 2015. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2015/lei-13146-6-julho-2015-781174-norma-13146-pl.html>. Acesso em: 14 set. 2025.

CORDEIRO, Euzane Maria. Educação inclusiva: a observação e o portfólio como instrumentos de avaliação. In: SILVA, Maria de Fátima Vilhena da (org.). **Diferentes olhares e compreensões sobre a inclusão**: III Ciclo de Estudos e Experiências sobre Educação Inclusiva - Volume 4. Belém: RFB Editora, 2023. p. 50-65. ISBN 978-65-5889-565-7. DOI: 10.46898/rfb.5993582f-877e-4984-b1b8-d743151bb57d. Disponível em: [https://www.rfbeditora.com/\\_files/ugd/baca0d\\_a27296ce52384e5582fb5489e28b41d4.pdf#page=50](https://www.rfbeditora.com/_files/ugd/baca0d_a27296ce52384e5582fb5489e28b41d4.pdf#page=50). Acesso em: 14 set. 2025.

DAMIANI, M. F. Entendendo o trabalho colaborativo em educação e revelando seus benefícios. **Educar em Revista**, n. 31, p. 213-230, 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/a/FjYPg5gFXSffFxr4BXvLvyy/?format=html&lang=pt>. Acesso em: 11 set. 2025.

FERRACIOLI, Marcelo Ubiali. **Desenvolvimento da atenção em crianças do Ensino Fundamental**. Curitiba: Appris, 2022.

FREIRE, Madalena. **Observação, registro e reflexão**. Instrumentos Metodológicos I. 2. ed. São Paulo: Espaço Pedagógico, 1996.

GALLO, Débora Regina; RIBEIRO, Karen. Auxiliar de professor/a: um breve histórico sobre esse profissional. **Revista Teias de Conhecimento**, [S. l.], v. 1, n. 5, p. 341-350, 2025. DOI: 10.5212/RevTeiasConhecimento.2025.24031. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/teias/article/view/24031>. Acesso em: 14 set. 2025.

HYKAVEI Junior, P.; CRUZ, Gilmar de Carvalho. Mudanças na Educação Especial no estado do Paraná: Pensamentos e reflexões de professores de uma instituição de Educação Especial. **Apae Ciência**, [S. l.], v. 17, n. 1, p. 67-76, 2022. DOI: 10.29327/216984.17.1-8. Disponível em: <https://apaeciencia.org.br/index.php/revista/article/view/175>. Acesso em: 14 set. 2025.

MAGALHÃES, Isabela da Silva. **Intencionalidade no trabalho pedagógico**: possibilidades para a garantia de uma educação inclusiva. 2024. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) - Instituto de Biociências, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Rio Claro, 2024. Disponível em: <https://hdl.handle.net/11449/258682>. Acesso em: 5 set. 2025.

MANTOANELLI, Daiane. **Condições e relações de trabalho de assistentes sociais com deficiência**: uma análise a partir das pautas anticapacitistas. 2025. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Socioeconômico, Florianópolis, 2025. Disponível em: [https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/265892/P\\_GSS0344-D.pdf?sequence=-1&isAllowed=y](https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/265892/P_GSS0344-D.pdf?sequence=-1&isAllowed=y). Acesso em: 10 set. 2025.



MARQUES, Amanda Cristina Teagno Lopes; ALMEIDA, Maria Isabel de. **Registro de práticas e formação de professores:** reflexão, memória e autoria. Educação: Teoria e Prática, Rio Claro, SP, v. 21, n. 37, p. 173-188, 2011. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/pdf/eduteo/v21n37/v21n37a10.pdf>. Acesso em: 14 set. 2025.

MELLO, Anahí Guedes de. Deficiência, incapacidade e vulnerabilidade: do capacitismo ou a preeminência capacitista e biomédica do Comitê de Ética em Pesquisa da UFSC. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 21, n. 10, p. 3265-3276, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/J959p5hgv5TYZgWbKvspRtF/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 11 set. 2025.

MICHAELIS On-line. **Assistencialismo**. Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa. São Paulo: Editora Melhoramentos Ltda., 2025. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/assistencialismo/>. Acesso em: 22 set. 2025.

MICHELLUZZI, Sandra; CORDEIRO, Aliciene Fusca Machado; SELAU, Bento. Planejamento educacional na educação especial: a necessidade do trabalho colaborativo. **Humanidades & Inovação**, Palmas, v. 9, n. 10, 2022. Disponível em: <https://revista.unitins.br/index.php/humanidadeseinovacao/article/view/5319>. Acesso em: 12 set. 2025,

OLIVEIRA, Fabiana Leme de. A importância e o direito ao profissional de apoio na educação inclusiva. **Diversa**, Instituto Rodrigo Mendes, 2023. Disponível em: <https://diversa.org.br/artigos/o-direito-e-a-importancia-do-profissional-de-apoio-na-educacao-inclusiva/>. Acesso em: 14 set. 2025.

PIOVEZAN, Carlini Bonilha Piovezan; VILARONGA, Carla Ariela Rios. Nomenclaturas e atribuições dos profissionais de apoio escolar nas redes estaduais brasileiras. **Educação: Teoria e Prática**, [S. l.], v. 35, n. 69, p. e09[2025], 2025. DOI: 10.18675/1981-8106.v35.n.69.s17600. Disponível em: <https://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/educacao/article/view/17600>. Acesso em: 10 set. 2025.



SANTOS, Elizabeth Junqueira. **O auxiliar de apoio ao educando na inclusão da criança com deficiência.** 2019. Monografia (Especialização em Educação Inclusiva) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/server/api/core/bitstreams/822023ac-8990-4e67-af3c-69942c5b8b55/content>. Acesso em: 14 set. 2025.

TEZANI, Thaís Cristina Rodrigues. A relação entre gestão escolar e educação inclusiva: o que dizem os documentos oficiais?. **Revista on line de Política e Gestão Educacional**, Araraquara, n. 6, p. 41-61, 2009. DOI: 10.22633/rpge.v0i6.9249. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/rpge/article/view/9249>. Acesso em: 14 set. 2025.





Universidade Estadual  
de Ponta Grossa